ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação 372 – 13/02/92

OFICIO Nº. 110 /GAB/PMMA/2025.

Ministro Andreazza/RO, 13 de maio de 2025.

À Sua Excelência
Ver. **JUCILEIA ALVES DA SILVA OLIVEIRA**
Presidente da Câmara dos Vereadores
Ministro Andreazza-RO.

ASSUNTO: **PROJETO DE LEI - ENCAMINHA**

Exma. Sra. Presidente,

Usando das atribuições que me são conferidas pela legislação pertinente em vigor, venho, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com o fito de encaminhar o Projeto de Lei que **"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

Inicialmente, informo que, o presente projeto dispõe sobre Abertura de Crédito Especial por Superavit Financeiro ao Orçamento Vigente, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, razão pela qual, solicito que o mesmo seja votado em Regime de Urgência.

Certo da compreensão de Vossa Senhoria e dos demais Edis que compõem esta Câmara Municipal vos encaminho o incluso Projeto de Lei, para que o mesmo seja votado em Regime de Urgência, e na convicção da aprovação do mesmo, desde já, envio votos de elevada estima e reconhecimento.

Atenciosamente,

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

Recebi em 14.05.2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação 372 – 13/02/92

Ministro Andreazza/RO, 13 de maio de 2025.

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº.048 /PMMA/2025

Exma. Sra. Presidente,
Emos. Srs. Vereadores e Vereadoras:

Encaminho à V. Exas., com grande honra, para apreciação e votação, junto à esta Egrégia Câmara Municipal de Vereadores, o Projeto de Lei que **"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O Projeto de Lei, supramencionado, objetiva Abertura de Crédito Especial por Superavit Financeiro ao Orçamento Vigente, no valor **R$ 218.000,00 (Duzentos e dezoito mil reais)**, oriundos de transferência especial, do Senador Acir Gurgacz, conforme a portaria Interministerial ME/SEGOV N. 6.411, de 15/06/2021 e plano de ação 09032023-034788, do Ministério da Economia, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, contribuindo, assim, de forma significativa ao bom andamento e efetiva realização das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal, sempre voltadas ao Interesse Público.

Informamos que o primeiro colocado no processo licitatório referente a aquisição de tubos manifestou impossibilidade de cumprir com a entrega dos materiais. Diante disso, conforme previsto no edital e na legislação vigente, será convocado o segundo colocado para assumir o fornecimento respeitando as condições estabelecidas na proposta apresentada , segue documentação anexo,

Diante do exposto e pelo que mais será suprido pela dedicação e bom senso dos nobres Edis, reitero o pedido de apreciação e aprovação do incluso Projeto de Lei em Regime de Urgência.

Sendo o que somente se apresenta para o momento, oportunamente, renovo protestos de consideração e apreço.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação 372 – 13/02/92

PROJETO DE LEI N. 048 PMMA/2025.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERAVIT FINACEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado para proceder Abertura de Crédito Especial por Superavit Financeiro ao Orçamento Vigente, no valor de no valor **RS 218.000,00 (Duzentos e dezoito mil reais),** oriundos de transferência especial, do Senador Acir Gurgacz, conforme a portaria Interministerial ME/SEGOV N. 6.411, de 15/06/2021 e plano de ação 09032023-034788, do Ministério da Economia, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com a dotação orçamentário distribuída no quadro abaixo:

Orgão/ Unid	Função	Sub-Função	Programa	Projeto/ Atividade	Ação do Programa	Elemento de Despesas	Fonte	Valor
02/005	**15**	**451**	**0007**	**1**	**559**	**4.4.90.51.00.00**	**27060100**	**R$**
PMMA/ SEMOSP	Urbanismo	Infraestrutura urbana	Gestão da Política de Transporte e Desenvolvimento Urbano e Rural	Projeto	Aquisição de tubos PEAD – portaria interministerial ME/SEGOV N. 6.411, de 15/06/2021 e plano de AÇÃO 09032023-034788	Obras e Instalações	Transferências especial da união emenda individual- Exercícios Anteriores	218.000,00
							Total	218.000,00

Art.2 º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/RO, 13 de maio de 2025.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

KELLY DA SILVA MARTINS STRELLOW
Assessora Jurídica – OAB/RO 1560

PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/SEGOV Nº 6.411, DE 15 DE JUNHO DE 2021

Estabelece as normas de execução orçamentária e financeira da transferência especial a estados, Distrito Federal e municípios de que trata o art. 166-A da Constituição.

Publicado em 10/02/2023 14h54

OS MINISTROS DE ESTADO DA ECONOMIA e CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos XV e XVIII do art. 31 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no inciso III do art. 11 do Anexo I ao Decreto nº 10.591, de 24 de dezembro de 2020, e no inciso I do art. 166-A da Constituição, resolvem:

Art. 1º A execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais de execução obrigatoria na modalidade de transferência especial a estados, Distrito Federal e municípios de que trata o inciso I do art. 166-A da Constituição observará o disposto nesta Portaria Interministerial.

Art. 2º Os recursos decorrentes da execução de que trata o art. 1º serão repassados diretamente ao ente federado beneficiário, ao qual passam a pertencer no ato da efetiva transferência financeira, independentemente de celebração de convenio ou instrumento congênere, nos termos do § 2º do art. 166-A da Constituição.

Parágrafo único. Os recursos recebidos mediante transferência especial serão aplicados em programações finalisticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente beneficiário.

Art. 3º Os recursos recebidos mediante transferência especial não integrarão a receita do ente beneficiário para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo e de endividamento do ente federado.

I - despesas com pessoal e encargos sociais relativos a ativos e inativos, e com pensionistas; e

II - encargos referentes ao serviço da dívida.

Art. 4º A transferência especial independerá da adimplência do ente federado beneficiário, conforme disposto no § 16 do art. 166 da Constituição.

Art. 5º O autor de emenda individual deverá indicar ou atualizar os beneficiários de suas emendas e a ordem de prioridade no módulo Emendas Individuais do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, no prazo estabelecido pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, observada a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º A distribuição das emendas entre os beneficiários deverá observar, por autor, a destinação mínima obrigatória de setenta por cento da quota para investimentos e inversões financeiras, conforme disposto no § 5º do art. 166-A da Constituição.

§ 2º O autor da emenda deverá manter os beneficiários com execução orçamentária já iniciada dentro da faixa de priorização constante da tela de Prioridade do módulo Emendas Individuais do SIOP.

§ 3º A indicação do beneficiário de emenda será feita ao número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ principal do estado, do Distrito Federal ou do município, nos termos do inciso I do § 2º do art. 166-A da Constituição.

Art. 6º O SIOP disponibilizará lista de beneficiários, valores a serem transferidos e ordem de prioridade a Plataforma +Brasil, que divulgará essas informações em consulta com acesso livre.

Art. 7º A Plataforma +Brasil notificará o beneficiário da existência de recursos a serem repassados na modalidade transferência especial.

§ 1º Compete ao beneficiário dar ciência da emenda, indicar o banco e a agência de relacionamento para movimentação dos recursos a serem repassados e informar o e-mail institucional da Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o ente federado, na Plataforma +Brasil.

§ 2º As contas bancárias abertas para movimentação das transferências especiais serão preferencialmente isentas da cobrança de tarifas bancárias.

§ 3º A Plataforma +Brasil enviará automaticamente ao Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI os dados de domicílio bancário de que trata o § 1º.

Art. 8º Constituem impedimentos de ordem técnica para a execução das emendas individuais impositivas na modalidade de transferência especial:

III - outras razões de ordem técnica devidamente justificadas.

Art. 9º O impedimento de ordem técnica de que trata o inciso I do art. 8º deverá ser saneado pelo autor da emenda no módulo Emendas Individuais do SIOP, observado o art. 5º, no período estabelecido pela lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 10. O processo de registro, divulgação e saneamento do impedimento de ordem técnica de que trata o inciso II do art. 8º observará os prazos estabelecidos em ato normativo do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. A Plataforma +Brasil disponibilizará as informações relativas ao impedimento de que trata o inciso II do art. 8º para inserção no módulo Emendas Individuais do SIOP.

Art. 11. Havendo conclusão pela inexistência de impedimento de ordem técnica, a Plataforma +Brasil gerará as minutas das notas de empenho e as disponibilizará à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que as enviará ao SIAFI para serem emitidas.

§ 1º A Plataforma +Brasil não poderá gerar minutas de notas de empenho em favor de beneficiário sem valor priorizado pelo respectivo autor.

§ 2º A partir da emissão da nota de empenho, ficam vedados os ajustes nas emendas.

Art. 12. Compete à Secretaria de Governo da Presidência da República a solicitação de liberação de recursos financeiros ao órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal para pagamento de despesas de emendas parlamentares individuais de execução obrigatória na modalidade de transferência especial.

Art. 13. O valor da emenda a ser transferido será calculado automaticamente pela Plataforma +Brasil, segundo rateio proporcional dos valores empenhados, observada a ordem de prioridade definida pelo autor.

§ 1º O rateio proporcional será a razão entre o saldo de valores empenhados do autor de emenda para transferência especial e o somatório atualizado do saldo de valores empenhados de todos os autores de emenda para essas transferências.

§ 2º O valor do recurso disponibilizado para cada parlamentar é o produto do rateio de que trata o § 1º pelo valor total de recursos disponibilizados.

§ 3º A regra de rateio será aplicada a cada disponibilização de recursos, até que toda a necessidade de recurso seja suprida.

Art. 14. A base atualizada do SIOP deverá ser disponibilizada para inserção na Plataforma +Brasil.

Art. 16. A Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, havendo saldos de transferências especiais a pagar, dotação orçamentária e disponibilidade de recursos financeiros, estará habilitada a repassar os valores definidos no art. 13 aos entes federados beneficiários.

Art. 17. Os ajustes necessários à execução das transferências especiais serão efetivados exclusivamente:

I - pelos parlamentares, no SIOP, quando relativos aos beneficiários das emendas e à priorização;

II - pelos beneficiários das emendas, na Plataforma +Brasil, quando relativos à ciência e indicação de domicílio bancário; e

III - pela Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria Executiva do Ministério da Economia, quando relativos à Modalidade de Aplicação.

Parágrafo único. A execução orçamentária e financeira das transferências especiais é vinculada às informações constantes do SIOP e da Plataforma +Brasil, sendo vedado à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia promover os ajustes a que se refere o caput.

Art. 18. A Plataforma +Brasil notificará o autor da emenda, o beneficiário e sua respectiva Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa do envio de recursos.

Art. 19. O ente federado beneficiário poderá registrar na Plataforma +Brasil, para fins de transparência e controle social das transferências especiais, os dados e informações referentes à execução dos recursos recebidos, na forma do Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019.

Art. 20. O ente federado beneficiário registrará a receita decorrente de transferência especial conforme classificação definida pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, para fins de consolidação das contas públicas.

Parágrafo único. Deverão ser observadas, para fins de que trata o caput, a classificação orçamentária por natureza da receita e por fonte ou destinação de recursos.

Art. 21. A execução descentralizada dos recursos de transferência especial pelo ente federado beneficiário observará o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos casos de celebração de convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres, bem como as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando da celebração de termos de colaboração e termos de fomento.

Parágrafo único. Na execução descentralizada de que trata o caput, não se aplica o disposto no art. 29 da Lei nº 13.019, de 2014, quando houver celebração de termos de colaboração e termos de fomento pelo

individuais que permaneceram com impedimento de ordem técnica.

Art. 23. O ente federado beneficiado da transferência especial poderá firmar contratos de cooperação técnica para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia

FLÁVIA ARRUDA

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

Compartilhe

Serviços que você acessou

DEZEMBRO

Emitir certidão de regularidade fiscal

Validar e assinar documentos

OUTUBRO

Assinatura Eletrônica

MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO

LICITANET
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

Classificação da Disputa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 999

ITEM 2

ITEM	Posição	ID	Fornecedor	CNPJ	Cidade/UF	Enquadramento	Marca	Modelo	Valor Lance	Quantidade	Vlr. Total
2	1	83643	AJA 7 EMPREENDIMENTOS LTDA	34.759.745/0001-50	Pimenta Bueno/RO	EPP	CORR PLASTIK	Tubo corrugado PEAD	R$ 6.599,99	33,00	R$ 217.799,67
2	2	68129	P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	26.915.509/0001-58	Cacoal/RO	EPP	TIGRE	TIGRE	R$ 6.600,00	33,00	R$ 217.800,00
2	3	14703	PVH FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA	25.141.379/0001-80	Porto Velho/RO	DEMAIS	CORRPLASTIK	CORRTECH	R$ 6.705,00	33,00	R$ 221.265,00
2	4	3340	ASTRALE COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	51.045.980/0001-80	Peruíbe/SP	ME	Tigre	ADS	R$ 6.709,00	33,00	R$ 221.397,00
2	5	74645	HILGERT & CIA LTDA	22.881.858/0001-45	Ji-Paraná/RO	DEMAIS	TIGRE	PEAD ADS 900 MM	R$ 8.800,00	33,00	R$ 290.400,00

ITEM 3

ITEM	Posição	ID	Fornecedor	CNPJ	Cidade/UF	Enquadramento	Marca	Modelo	Valor Lance	Quantidade	Vlr. Total
3	1	10152	P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	26.915.509/0001-58	Cacoal/RO	EPP	TIGRE	TIGRE	R$ 19.399,98	3,00	R$ 58.199,94
3	2	73963	ASTRALE COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	51.045.980/0001-80	Peruíbe/SP	ME	Tigre	ADS	R$ 19.400,00	3,00	R$ 58.200,00
3	3	62604	AJA 7 EMPREENDIMENTOS LTDA	34.759.745/0001-50	Pimenta Bueno/RO	EPP	CORR PLASTIK	Tubo corrugado PEAD	R$ 30.000,00	3,00	R$ 90.000,00

DISTRATO DO CONTRATO DE N. 011/SEMOSP/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/SEMOSP/2024;
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2024;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 999/SEMOSP/2024;

Aos **24 (vinte e quatro)** dias do mês **(4) abril** do ano de **2025 (dois mil e vinte e cinco)**, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 63.762.074/0001-85, com sede à Av. Pau Brasil, nº 5577 – Centro – Ministro Andreazza/RO, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Valdomiro Teixeira Felix; e, de outro lado, CONSTRUALVES COM. MAT. CONSTRUÇÃO LTDA, com sua sede e foro à Av. Efraim Goulart de Barros, 3930, Centro, no Município de Primavera de Rondônia – RO, CEP: 76.976-000, inscrita no CNPJ sob o n. 34.759.745/0001-50, JUCER n. 11201057858 , neste ato representada pelo Sr. ALDO CELIO ALVES DE LIMA JUNIOR, brasileiro, Solteiro, natural da cidade de Pimenta Bueno - RO, nascido em 20/02/1990, Empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 981210 SSP/RO e do CPF sob o nº 962.568.772-68, residente e domiciliado Avenida Efraim Goulart de Barros, Nº3930, Bairro Centro, no município de Primavera de Rondônia – RO, CEP. 76.976-000.

CONSIDERANDO o disposto no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de distrato contratual por razões de interesse público, inadimplemento contratual e impossibilidade de continuidade da relação contratual;

CONSIDERANDO o inadimplemento contratual da CONTRATADA, que, mesmo após regularmente contratada, não procedeu à entrega dos bens pactuados e se manifestou formalmente sobre o contrato, solicitando o realinhamento ou a anulação do empenho;

CONSIDERANDO, ainda, que não é possível realizar o realinhamento de preços, uma vez que este depende de justificativa e comprovação documental idônea por parte da contratada, conforme dispõe o art. 131 da Lei nº 14.133/2021, o que não ocorreu neste caso, e que a própria empresa sugeriu o cancelamento do empenho.

RESOLVEM, com base no interesse público e na necessidade de resguardar a Administração Municipal, celebrar o presente TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objeto a rescisão do Contrato Administrativo nº 11/SEMOSP/2024, firmado com base no Pregão nº 41/2024, cujo objeto era a aquisição de tubos corrugados PEAD.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS:

Este distrato se fundamenta no art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão de inadimplemento da CONTRATADA e da inviabilidade da continuidade contratual, diante de:
I – Inexecução do objeto contratual;
II – Impossibilidade de realizar realinhamento de preços por ausência de requerimento fundamentado e documentação comprobatória pela contratada, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONSEQUÊNCIAS:
Em decorrência do distrato:

I – Nenhuma das partes fará jus a indenizações ou compensações, salvo por obrigações eventualmente pendentes;
II – A CONTRATADA não estará sujeita às penalidades cabíveis, previstas nos artigos 156 a 160 da Lei nº 14.133/2021, considerando que se manifestou no processo, solicitando o cancelamento do empenho;
III – A Administração poderá promover nova contratação para atender às necessidades da administração pública, sem prejuízo da apuração de responsabilidades da empresa.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia para os fins legais.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor.

Ministro Andreazza-RO, 24 de abril de 2025.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal de Ministro Andreazza

VALDOMIRO FELIX TEIXEIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP

CONSTRUALVES COM. MAT. CONSTRUÇÃO LTDA
ALDO CELIO ALVES DE LIMA JUNIOR

CONSTRUALVES COM MAT CONSTRUCAO LTDA:34759745000150
Assinado de forma digital por CONSTRUALVES COM MAT CONSTRUCAO LTDA:34759745000150
Dados: 2025.04.30 12:24:17 -03'00'

Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador:
https://sei.ministroandreazza.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=9f11f483-9002-4b4d-8e81-fa7dc43694ad

Assinado por: VALDOMIRO TEIXEIRA FELIX 30/04/2025 12:32:26
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Assinado por: JOSE ALVES PEREIRA 30/04/2025 13:40:42
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE